

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Futebol e realidade

A derrota da seleção brasileira para a Noruega ultrapassou as quatro linhas. Para o advogado e ex-deputado Jerônimo Goergen (foto), o resultado simboliza um país que insiste em viver da tradição e do discurso, enquanto perde competitividade por falta de planejamento, gestão e eficiência. A camisa pesa, mas não ganha jogo. O mesmo vale para o Brasil: sem organização, mérito e compromisso com resultados, nem o futebol, nem o País recuperam o protagonismo.



REILIA MARIA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC

Defensorias buscam mais autonomia

A Câmara dos Deputados voltou a discutir o fortalecimento das Defensorias Públicas. Em audiência da Comissão de Administração e Serviço Público, que foi presidida pela deputada federal gaúcha Fernanda Melchionna (PSOL), especialistas defenderam a ampliação das ouvidorias externas, hoje presentes em 20 estados como instrumento de participação da sociedade e de fiscalização das instituições. Paralelamente, o Senado analisa o Projeto de Lei Complementar 138/26, que reserva até 2% da receita dos estados para garantir maior autonomia financeira às defensorias, reduzindo o risco de contingenciamento da assistência jurídica gratuita destinada à população de baixa renda.

Cadeia do tabaco pede proteção

A cadeia produtiva do tabaco voltou ao centro das discussões no Congresso. O deputado federal gaúcho Heitor Schuch (PSD) alertou para os efeitos do crescimento da produção independente e do aumento da carga tributária sobre milhares de famílias produtoras. Segundo ele, “o sistema integrado, consolidado ao longo de mais de um século, garante assistência técnica, planejamento e qualidade da produção. A maior oferta no mercado, porém, derrubou o preço, comprometendo a renda dos fumicultores”.

Securitização continua na pauta

A pressão pela securitização das dívidas rurais permanece intensa. O deputado federal gaúcho Marcelo Moraes (PL) voltou a defender rapidez na votação da proposta que amplia prazos para renegociação dos débitos acumulados por produtores atingidos por sucessivas estiagens e pelas enchentes de 2024. O parlamentar ressalta que o que o setor reivindica são condições para continuar produzindo e honrar seus compromissos sem comprometer a atividade econômica no campo.

Municípios ganham reforço

A comissão especial da Câmara aprovou a PEC 231/19, que amplia os repasses da União ao Fundo de Participação dos Municípios, e cria fundos constitucionais de financiamento para as regiões Sul e Sudeste. O parecer do relator, deputado Arnaldo Jardim, prevê uma parcela adicional anual de 1% para o FPM, e destina mais 1% da arrecadação federal para cada um dos novos fundos regionais. A proposta segue agora para votação em dois turnos no plenário.

Sul cobra tratamento igual

A criação dos novos fundos foi comemorada por parlamentares da Região Sul. O deputado federal gaúcho Marcel van Hattem (Novo) argumenta que os estados sulistas também convivem com desigualdades e bolsões de pobreza, necessitando de instrumentos permanentes de financiamento. Na mesma linha, o deputado federal gaúcho Sérgio Turra (PP) sustenta que fortalecer as regiões mais produtivas significa ampliar investimentos, estimular a geração de empregos e aumentar a arrecadação, produzindo efeitos positivos para toda a economia brasileira.

Gabriel, Maranata e Zucco falam ao cooperativismo

Juliana Brizola havia confirmado presença, mas alegou questões de saúde



Bolívar Cavalari

bolivarvc@jcrs.com.br

Três pré-candidatos ao governo gaúcho participaram ontem de um painel do Sistema da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (Sistema Ocergs) para apresentar propostas ao setor. Estiveram presentes Gabriel Souza (MDB), Marcelo Maranata (PSDB) e Luciano Zucco (PL). Já Juliana Brizola (PDT) havia confirmado presença, mas enviou carta anunciando o cancelamento de sua participação por motivos de saúde.

O painel foi dividido em blocos de apresentação, seguido por perguntas elaboradas pelo Sistema Ocergs e com considerações finais. Pelo modelo, em que não foram realizados blocos de confrontos diretos, houve pouco tensionamento entre pré-candidatos, principalmente se comparado com debates anteriores.

Além de responderem aos questionamentos das cooperativas, os pré-candidatos receberam uma agenda de propostas defendidas pelo Sistema Ocergs, e que tratam de cada uma das áreas do cooperativismo gaúcho, como agropecuária, crédito, infraestrutura, saúde, transporte, trabalho, produção de bens e serviços.

O presidente do Sistema Ocergs, Darci Hartmann, abriu o painel destacando os números



BOLÍVAR CAVALARI/ESPECIAL/JC

Marcelo Maranata, Luciano Zucco e Gabriel Souza apresentaram propostas

do setor, como a participação das cooperativas em 14% do PIB do Estado, o número de mais de 4 milhões de gaúchos cooperados, e os cerca de 80 mil empregos diretos que o setor gera.

A primeira pergunta aos pré-candidatos foi sobre a crise climática, a prevenção aos eventos extremos que vêm atingindo o Rio Grande do Sul e o que eles pensam a respeito da criação de um fundo destinado à resposta das perdas com desastres, especialmente no âmbito do agronegócio. Gabriel e Maranata defenderam prorrogar o Funrigs, que é o fundo que foi criado após as cheias históricas de 2024 para reconstrução do Estado, enquanto Zucco abordou o projeto de securitização das dívidas do agro, atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

A segunda questão do Sistema Ocergs relacionou os temas de logística, infraestrutura, energia e conectividade, e apontou estes quatro assuntos como gargalos do Estado. Maranata e Zucco falaram de outros modais que não o rodoviário, como o hidrovial, e o

pré-candidato focou na expansão da malha ferroviária gaúcha. Já Gabriel tratou de ações realizadas pelo atual governo, ao qual ele é o pré-candidato da sucessão, como o programa Energia Forte no Campo - de distribuição de energia elétrica na zona rural -, falou de expansão da iniciativa e se comprometeu a apresentar uma nova proposta, que chamou de Internet Forte no Campo, para expandir a conectividade rural.

Próximo do fim do evento, o Sistema Ocergs perguntou sobre como os pré-candidatos observavam a possibilidade de abrir uma “mesa permanente de diálogo” com as cooperativas. Os três piratináveis se comprometeram a dar este espaço para o setor caso eleitos, e Maranata e Zucco provocaram Gabriel pela ausência deste canal de conversas no atual governo. O emedebista, por sua vez, repetiu algo que já vinha apresentado em outros debates, que o vice de sua chapa, Ernani Polo (PSD), será responsável pelo contato direto entre o Piratini e o setor produtivo.

Ocergs entrega agenda de prioridades do setor

O Sistema da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (Sistema Ocergs) elaborou uma agenda de propostas prioritárias ao setor e a entregou a três pré-candidatos ao Piratini que participaram ontem de painel promovido pela entidade para apresentação de projetos para o cooperativismo gaúcho. Gabriel Souza (MDB), Marcelo Maranata (MDB) e Luciano Zucco (PL) receberam o material. Juliana Brizola (PDT) não participou em função de questões de saúde.

A agenda apresenta os principais números do setor em 2025 e

as prioridades para cada um dos principais ramos do cooperativismo gaúcho, que são agropecuário, crédito, infraestrutura, saúde, transporte e trabalho, produção de bens e serviços. Por exemplo, no âmbito do agro, o Sistema Ocergs defende a criação de um fundo específico para apoiar o setor em caso de desastres climáticos, como secas e inundações.

Já no âmbito de crédito, uma das propostas da entidade é a de inclusão de disciplinas de cooperativismo e educação financeira no currículo escolar da rede estadual. Em

infraestrutura, o Sistema Ocergs trata de tornar permanente o atual programa Energia Forte no Campo, do governo do Estado, e da ampliação da iniciativa.

Além de receberem a agenda de propostas, os três piratináveis tiveram a oportunidade de apresentar propostas ao cooperativismo gaúcho ao responderem, no painel, a perguntas elaboradas pelo Sistema Ocergs. Nos questionamentos, a entidade revelou quatro temas que considera como os principais gargalos do Estado, que são logística, infraestrutura, energia e conectividade.